

A INSERÇÃO DE PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS DE GESTÃO NA ESCOLA MUNICIPAL TUCUNZINHO

Luzani Cardoso Barros¹

RESUMO:

A pesquisa realizada na Escola Municipal Tucunzinho teve o intuito de promover a inserção de práticas democráticas na gestão escolar nessa unidade de ensino. Para a obtenção dos dados analisados foram utilizadas como fontes de pesquisa a observação direta durante os acompanhamentos mensais de supervisão, as conversas informais com componentes dos diversos segmentos (alunos, professores, equipe de suporte pedagógico, auxiliares de serviços gerais), a leitura de atas de reuniões internas e as conversas informais com membros da equipe escolar. Inicialmente ressaltaram-se como problemas a ausência de diálogo entre diretor e demais membros, a centralização das decisões na figura do diretor e a falta de participação da comunidade nas práticas escolares. Conscientes acerca da situação vivenciada na escola, os integrantes da equipe perceberam a necessidade de discutir os problemas e participar das tomadas de decisões, fato que melhorou o clima escolar e promoveu uma evolução no trabalho desenvolvido pela escola. Ainda há muito por fazer, principalmente a composição do Conselho Escolar e a construção do Projeto Político Pedagógico coletivamente, entretanto o passo inicial já foi dado, demonstrando que com responsabilidade, compromisso político e competência será possível viabilizar o direito a uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Gestão democrática, participação, direito humano, educação, qualidade.

INSERTION OF A DEMOCRATIC PRACTICE IN MANAGEMENT MUNICIPAL SCHOOL TUCUNZINHO

Abstract:

The research conducted at the Municipal School Tucunzinho had the aim of promoting the integration of democratic practices in school management in that unit of education. To obtain the data analyzed were used as sources of research on direct observation during the monthly monitoring of supervision, the informal conversations with constituents of diverse segments (students, teachers, educational support team, assistant general services), reading of minutes of internal meetings and informal conversations with members of the school team. Initially emphasized themselves as problems the lack of dialogue between the director and other members, the centralization of decisions in the figure of the director and lack of

¹Graduada em Pedagogia com Habilitação nas Matérias Pedagógicas do Ensino Médio. Especialista em Gestão Escolar Bolsista CNPq. Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: lubarros4@yahoo.com.br.

community participation in school practices. Conscious about the situation experienced in school, members of the team realized the need to discuss the problems and participate in decision making, a fact that improved the school climate and promoted a change in the work of the school. Much remains to be done, particularly the composition of the School Board and the construction of the Project Political Educational collectively, although the initial step has already been given, showing that with responsibility, commitment and political power will be possible to make the right to a quality education.

Keywords: Democratic management, participation, human rights, education, quality.

INTRODUÇÃO

A questão da gestão escolar deve ser compreendida sob o ponto de vista de todos os atores que nela estão inseridos como os alunos, os funcionários de apoio, equipe docente, servidores que atuam nas funções de apoio pedagógico (coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e outros) bem como dos pais dos educandos e da comunidade local, atendida pelos serviços educacionais prestados pela Unidade Escolar.

Com o objetivo de conhecer em profundidade os aspectos subjacentes à gestão escolar efetivada na Escola Municipal e, sobretudo, entender como pode se dar a inserção de práticas de gestão que sejam efetivamente participativas na referida Unidade Escolar, foi realizado esse trabalho.

Nesse intuito, utilizaram-se como estratégias metodológicas a observação do cotidiano escolar por meio de acompanhamentos mensais da supervisão; reuniões nas quais foram envolvidos os integrantes da equipe gestora, docentes e demais funcionários; conversas informais para perceber a rotina da escola; análise documental (de atas, relatórios e outros registros da escola) e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de ensino e aprendizagem realizados pela escola.

Durante o ano de 2008, na referida escola a gestão apresentava características de centralização das decisões na figura do gestor, havendo por isso ausência de participação do coletivo e sendo estabelecido um clima escolar carente de diálogo. Fazia-se necessário, assim, a inserção de práticas de gestão que estimulassem a participação da equipe, favorecendo a integração de todos os membros da escola e o desenvolvimento de uma gestão da qual todos efetivamente fizessem parte.

1. A GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA CONCEPÇÃO

A gestão escolar numa perspectiva democrática tem suas características e exigências próprias, sendo pautada, sobretudo, no conhecimento da escola pelos seus partícipes, pela tomada de decisões compartilhada e sentimento de pertencimento dos sujeitos (comunidades interna e externa) em relação às práticas escolares que são desenvolvidas. Para efetivá-la deve-se avaliar quais os procedimentos e as atitudes adotados pelos membros da equipe gestora são capazes de promover o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas, princípios básicos de um processo democrático dos quais a gestão escolar não pode prescindir.

Como justificativas para a gestão democrática no âmbito escolar Jamil Cury aponta três considerações:

A primeira delas se refere à formalização deste princípio em uma Constituição, art. 206. (...). Outro ponto a se considerar é que, na formulação legal, o princípio democrático da gestão está adstrito ao “*ensino público*” (grifo do autor). (...) A terceira observação a se fazer é sobre a própria noção de gestão democrática. Sendo a transmissão de conhecimento um serviço público, o princípio associa este serviço à democracia. (2007, p. 201).

Dessa forma pode-se deduzir que tanto a jurisdição brasileira como arcabouço legal quanto o fato de a educação consistir num serviço público que deve ser oferecido como direito subjetivo, impulsionam a gestão em direção à democracia.

É importante, contudo, para a implantação desse tipo de gestão na escola a clareza de que “a gestão democrática do ensino público tem como objetivo garantir um processo participativo de toda a comunidade escolar no cotidiano das escolas públicas, sob a *coordenação* (grifo nosso) do diretor” (FORTUNATI, 2007, p. 51). Logo, a função do diretor escolar se transforma, deixando esse ator de ser o principal –e por vezes até o único- a tomar as decisões para se transformar no articulador de todas as dimensões da escola (pedagógica, administrativa, financeira e jurídica), um trabalho ainda mais complexo pelo fato de requerer a habilidade de se lidar com inúmeras diferenças de vontades, concepções e aspirações do coletivo escolar, mas que possui maior significado e relevância por ser engendrado não *para*, mas *com* todos os seus atores.

No contexto da Escola Municipal Tucunzinho, a vivência da participação encontrava-se em fase incipiente, visto que tradicionalmente o diretor era concebido pela comunidade escolar e local como o detentor de poder de decisão absoluto com relação ao destino que a instituição iria seguir. A ruptura com tal postura constituir-se-ia processo lento e fruto de uma ampla reflexão, a fim de promover a apropriação da nova dinâmica organizacional por todos. Até mesmo percebia-

se dificuldade na disposição em participar por parte de todo o grupo, no sentido de já se encontrar acomodado ao fato de o diretor decidir todas as questões por eles. Esse fato constituiu-se em uma das barreiras a serem superadas.

A participação, entretanto, por si só não indica a existência da democracia na gestão escolar. As práticas cotidianas são os principais e melhores indicadores da presença de uma administração efetivamente democrática. Esse processo é construído e se expressa no conhecimento e participação na rotina escolar (desde o momento da acolhida de alunos e professores, às atividades nas salas de aula e nos demais ambientes da escola, em seu período de funcionamento); na apresentação e acolhimento das sugestões de ações por todos os segmentos da escola (pais, professores, alunos, servidores e comunidade local); no trabalho desenvolvido e resultados apresentados, bem como no clima organizacional existente na instituição. Além disso, conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo: “Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade”.

Na escola pesquisada percebe-se um quadro evolutivo desde o ano de 2007, quando foi iniciado o trabalho de acompanhamento sistemático da supervisão até o momento atual (segundo semestre de 2008).

Um dos principais problemas enfrentados pela escola residia na estrutura física, pois havia somente três (03) salas de aula no prédio, o que causava transtorno no turno vespertino, pois duas turmas estudavam no corredor e uma terceira era atendida numa sala anexa, que não apresentava as condições adequadas para funcionamento.

Com a conclusão das obras de ampliação da escola, todas as turmas estão instaladas em salas distintas, no mesmo prédio, o que favorece a organização e contribui para a aprendizagem dos educandos.

Outro aspecto importantíssimo para a melhora dos serviços educacionais foi a contratação dos professores licenciados nas áreas, pois antes havia apenas profissionais graduados em Normal Superior. Em suas falas a equipe escolar analisa essa mudança de forma positiva, afirmando que a interação entre os componentes recém contratados e os que já integravam a equipe revigora a prática pedagógica e eleva a qualidade dos projetos e demais atividades desenvolvidas.

Finalmente, observou-se que o clima escolar apresentou sinais de melhora, fato ocasionado pela discussão coletiva dos problemas e planejamento das soluções pela equipe educativa, e não somente pelo diretor.

Portanto, “muito embora a gestão democrática esteja atualmente bastante presente nos discursos, ela exige de todos nós uma afirmação concreta, exercitada quotidianamente nas relações dentro e fora da escola” (MEDEIROS, 2004, p.10). A prática da democracia na escola se revela nas ações (pequenas e / ou grandes) desenvolvidas em sua rotina, desde a forma como se recebe a comunidade, o modo como as pessoas se relacionam e a percepção que têm da escola. Os desafios para a vivência da democracia são muitos, mas a qualidade e os efeitos de um trabalho conhecido, realizado e almejado pelo coletivo superam a todos.

2. A EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL TUCUNZINHO: DIREITO HUMANO

A contemporaneidade nos remete à concepção da educação como direito universal garantido por lei e do qual todos os cidadãos devem usufruir. No Brasil, onde a escola pública constitui uma importante possibilidade de acesso aos conhecimentos científicos pela população menos favorecida economicamente, premissa presente na legislação e referendada pela Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 / 96 e Estatuto da Criança do Adolescente, Lei 8.069 / 90. Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a cobertura do atendimento atualmente é de 97% dos educandos na fase obrigatória do ensino.

Em todos os documentos citados a abordagem da educação é voltada para a sua função social e papel da escola como instituição destinada à formação integral dos seres humanos. Na Escola Municipal Tucunzinho a questão do direito à educação é considerada e há uma busca incessante em garantir o acesso e a permanência dos alunos com sucesso na escola. Um exemplo desse esforço foi a implantação da segunda fase do Ensino Fundamental no ano de 2007, uma ação complexa para o poder público municipal, já que não se dispunha de professores habilitados nas disciplinas específicas e a estrutura física da escola se encontrava inadequada; porém, para a população atendida significou a continuidade dos estudos, pois muitos educandos relutavam em sair de sua localidade para estudar na zona urbana, além do cumprimento de um preceito legal que afirma:

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico. (Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução Nº 1, de 3 de abril de 2002).

A educação escolar e a formação em sentido amplo constituem direitos sociais cuja concretização acontece principalmente na escola, instituição responsável pela socialização do saber acumulado. Daí a necessidade de se primar pela qualidade no trabalho desenvolvido na escola porque

educação de qualidade é aquela que promove *para todos* (grifo do autor) o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessárias ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (LIBÂNEO, 2004, p.66).

Assim, percebe-se que a Escola Municipal Tucunzinho atualmente² tem percorrido um caminho em busca de se constituir como espaço de consolidação das diretrizes legais de acesso e permanência dos alunos, fato demonstrado pela cobertura do atendimento a todas as pessoas da localidade, o que é viabilizado, para aqueles que moram em residências distantes da escola, pelo transporte escolar.

Algumas situações como a alta rotatividade das famílias da região, que fazem migrações intracampo (para localidades da área rural que fazem parte do município de Dianópolis) e intermunicipal (para outros municípios da região e até de outros estados do Brasil) em busca de trabalho, a época de chuvas ou a estiagem prolongada e o calendário de festas populares trazem à tona o problema da infrequência. Porém têm sido organizadas estratégias, pautadas no Art. 28 da LDB 9.394/96, principalmente, que consideram as especificidades do campo e sinalizam medidas que contribuem para dirimir esse entrave.

No que se refere à mudança das famílias para outras regiões, a escola pouco pode fazer, pois o fato relaciona-se a um problema social, ou seja, é uma variável de amplitude nacional sobre a qual a instituição não possui governabilidade. Assim, a ação da instituição tem consistido em receber os alunos que chegam durante todo o período letivo e em diversos momentos de seu processo de aprendizagem, acolhê-los e buscar mecanismos de ensino capazes de favorecer sua

² Final do ano de 2008, quando o relato da pesquisa foi concluído.

aprendizagem. Muitos inclusive procuram a escola sem comprovação alguma de sua escolarização (e até sem os documentos pessoais), tendo que passar pela classificação ou reclassificação, procedimento assegurado por lei, a fim de que possam ser matriculados regularmente na escola e prosseguir em seus estudos.

Com relação às demais situações a escola tem procurado construir um calendário escolar que favoreça a frequência dos estudantes, adequando horário de início e término das aulas, período de férias escolares e solicitando auxílio dos órgãos competentes para proverem a população das condições necessárias à participação nas atividades escolares (como encaminhamento de alunos ao serviço de saúde, assistência social e outros).

A alternativa que se impõe para que se alcancem os objetivos advindos da educação como direito universal consiste na implementação de uma gestão efetivamente democrática, um caminho a ser percorrido e construído gradativamente por todos.

Como prática incipiente, o trabalho escolar pautado na gestão democrática, de forma análoga a outras atividades desenvolvidas pela escola precisa ser acompanhado e analisado quanto aos resultados, porque “evidencia-se a necessidade de que sejam redirecionadas as finalidades a que vêm servindo a avaliação da aprendizagem; por outro lado, impõe-se a vivência da avaliação na escola, de forma sistemática (...) (SOUZA, 2004, p. 23). Os meios encontrados para se atingir os objetivos foram as reuniões gerais para discussão do cotidiano escolar, encontros para estudo de temáticas de interesse da escola, análise dos resultados de desempenho acadêmico e avaliação dos projetos e atividades desenvolvidas. Desse modo, a escola refletiu sobre o trabalho e buscou alternativas para aprimorá-lo continuamente no ininterrupto processo de ação-reflexão-ação.

Ciente de sua importante função na promoção humana, difusão e estímulo à construção de novos saberes nas dimensões conceitual, atitudinal e procedimental, a Escola Municipal Tucunzinho tem procurado aperfeiçoar cada vez mais os serviços educacionais oferecidos, fato comprovado pelo desenvolvimento de projetos e ações com ênfase nas habilidades de leitura e escrita, áreas que apresentaram defasagem na aprendizagem dos alunos (conforme diagnóstico), trabalho que já tem dado mostras de que viabilizará o desenvolvimento das habilidades nessas áreas cujo efeito se estenderá às demais disciplinas.

Outro enfoque das ações desenvolvidas é a valorização da cultura local, a fim de que os educandos construam uma visão ampla de mundo, segundo a qual o conhecimento é válido por

ser um instrumento capaz de transformar para melhor a condição existencial dos sujeitos, tornando-os realmente integrados aos processos sociais, valorizando suas referências, seu território material e imaterial.

3. METODOLOGIA

Ao iniciar o trabalho de acompanhamento da supervisão da Escola Municipal Tucunzinho no início do ano de 2007, algumas características da gestão desenvolvida na escola ficaram patentes. Dentre essas, pode-se elencar o fato de as decisões estarem centralizadas na figura do diretor, a participação dos membros da equipe escolar praticamente inexistir, e o clima escolar ser perceptivelmente carente de diálogo, ou seja, as relações precisarem de reestruturação.

A partir desse diagnóstico, que teve por base a pesquisa-ação, durante os acompanhamentos intensificou-se a realização de reuniões das quais participavam todos os membros da equipe escolar, o que favoreceu a aproximação entre o coletivo e possibilitou a participação nos processos decisórios, ainda que de forma incipiente.

Nesses momentos coletivos, também foram discutidos projetos em desenvolvimento e propostas que a equipe considerava interessante a escola realizar. Além disso, a avaliação pela equipe dos trabalhos já executados também acontecia, analisando a partir dos objetivos estabelecidos para cada atividade, o que foi atingido totalmente, parcialmente ou não foi atingido. Assim, todos puderam chegar a conclusões importantes e necessárias como a necessidade de agir coletivamente no âmbito escolar e deduzir que, em todo trabalho há acertos a celebrar e ajustes a realizar no intuito de alcançar o êxito.

Os dados coletados durante os momentos coletivos, a leitura das atas de reuniões internas, a observação das atividades cotidianas (participação nas atividades docentes com a coordenação e atividades em sala de aula) no período de acompanhamento de supervisão e as conversas informais (tanto para solicitação de alguma providência a ser tomada pela escola, quanto para levar à Secretaria alguma necessidade da mesma) forneceram os subsídios necessários à realização da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. ESCOLA MUNICIPAL TUCUNZINHO: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Localizada a 50 km de da sede do município de Dianópolis, região sudeste do estado do Tocantins, a Escola Municipal Tucunzinho apresenta características comuns a outros estabelecimentos de ensino da área rural: atende a uma comunidade composta basicamente por pequenos produtores rurais com nenhuma ou pouca escolaridade, cujo desejo é o de oferecer aos filhos um futuro melhor, que se dará por meio da educação.

A referida escola já foi organizada em classes multisseriadas, momento em que contava com apenas um docente, vindo a se organizar de forma seriada devido ao aumento do quantitativo de alunos a serem atendidos. O corpo docente é em sua maioria formado por professores de outras localidades e ou da área urbana, que residem durante o período letivo em alojamentos disponibilizados pelo município ou, como preferem alguns, nas dependências da escola. O acesso à escola acontece em estrada não pavimentada em transporte escolar ou veículos particulares.

Até o ano de 2006 a escola oferecia o pré-escolar e as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), mas com a demanda crescente para as séries finais, foram implantadas as séries finais (6º ao 9º ano). Entretanto, a equipe docente e a estrutura física não tiveram ainda todas as modificações necessárias à oferta do atendimento ideal a esses educandos.

Outro aspecto que dificultava ainda mais a situação era o clima escolar. Conforme os acompanhamentos de supervisão realizados mensalmente na escola, quando aconteciam encontros com toda a equipe e havia conversas informais com professores, alunos, coordenadora pedagógica, secretária, auxiliares de serviços gerais e diretor, percebia-se claramente a centralização das tomadas de decisão na figura do diretor, sendo os demais membros da equipe chamados somente para atestar o que já estava decidido.

Assim, com o projeto de intervenção, pretendia-se em promover a reflexão da equipe acerca de todas as práticas desenvolvidas no cotidiano escolar, buscando a inserção do diálogo como mediador das relações e, a partir daí, a construção de um trabalho coletivo, fruto da participação de todos. Nesse processo, o papel do diretor consistiu em assumir uma postura de coordenador das ações, articulando a comunidade escolar e buscando a democracia como o fundamento da gestão.

5. HORIZONTES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O termo democracia tem sido utilizado de forma massificada, o que em vez de indicar uma transformação na postura e ou nos modelos de gestão de nossas escolas, evidencia a popularização do conceito sem a assimilação do seu significado.

Nas práticas de gestão vivenciadas no município de Dianópolis ainda podem ser encontradas situações fortemente influenciadas pelo autoritarismo, fato que se dá desde a forma de provimento do cargo de diretor, que ocorre por indicação política, sem a participação da comunidade escolar. Em outro extremo temos a ausência de um direcionamento do trabalho, o que denota a carência de consciência acerca dos propósitos da educação escolar. Os diretores assim lotados, conforme se evidencia, ou exercem a função como ditadores a quem foi dado poder absoluto para atuar sobre os destinos da escola, ou procuram administrar a escola na perspectiva de agradar a sua equipe, autodenominando-se democráticos por tal atuação.

Na Escola Municipal Tucunzinho a gestão tem passado por transformações estruturais positivas, com destaque para a criação da Associação de Apoio à Escola, com representantes dos diversos segmentos que compartilham as decisões e impulsionam o diálogo com o seu coletivo. O Conselho Escolar é um órgão cuja formação se faz necessária e, como resulta do amadurecimento da escola, certamente será estruturado ao longo desse processo.

Ainda há um caminho longo a seguir tendo como desafio precípua a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, segundo GANDIN (2004, pp.20-21) “uma necessidade da escola que se pretende de qualidade”, aliando concomitantemente o aspecto técnico e o político, sem prescindir da dimensão do conhecimento.

A pesquisa demonstrou que a gestão escolar pode acontecer de forma efetivamente participativa, situação que exige do diretor assumir uma atitude de escuta diante das várias vozes que compõem a escola, bem como o desenvolvimento da capacidade de coordenação de todas as dimensões escolares.

Na Escola Municipal Tucunzinho o clima escolar melhorou principalmente pela utilização do diálogo e aproximação dos membros da comunidade educativa. Todos passaram a falar e procuraram ouvir o outro, respeitando-o, discordando do seu ponto de vista de forma madura e refletida e propondo o que consideram necessário para a escola evoluir. Apesar disso, por vezes ainda acontecerem discussões oriundas do medo de perder o poder, comportamento

manifesto pelo diretor. Ou, de modo adverso, numa situação coletiva algum membro da equipe escolar se esquivar em dar sua opinião por se sentir-se inferiorizado devido à posição hierárquica que ocupa na escola (o que se verifica reiteradamente em muitas escolas com os servidores que desempenham os serviços gerais).

Cada membro da comunidade educativa, nessa perspectiva de gestão democrática, precisa saber qual o seu papel e exercê-lo, contribuindo desse modo para a construção de uma escola que se pretenda de qualidade, por ser comprometida especialmente com os seres humanos, sejam esses os professores, os pais, os alunos, servidores e ou a comunidade local. Enfim, a escola, sob o ponto de vista da equipe que a constitui, precisa ter ciência da enorme contribuição que o seu trabalho pode oferecer para a construção da sociedade na qual haja de fato (e não somente de direito) democracia, uma lição que não se determina apenas pela legislação, mas que precisa ser aprendida e exercida cotidianamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. – 23. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. 80 p. – (Série textos básicos; n. 34).

_____: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei N. 9.394/96

_____: **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei N. 8.069/90

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

_____. In: OLIVEIRA, Dalila A. (org.) **Gestão democrática da educação**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FORTUNATI, José. **Gestão da educação pública: caminhos e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GANDIN, Luís Armando. **Boletim Salto para o Futuro**. PGM – 3, p. 20-21. Nov / 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MEC. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução Nº 1, de 3 de abril de 2002.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. **Boletim Salto para o Futuro**. PGM – 1, p. 10. Nov / 2004.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Boletim Salto para o Futuro**. PGM – 4, p. 22. Nov / 2004.